

PFL e PDS forçarão abertura da Câmara para garantir jetom

Brasília — Os líderes do PFL e do PDS, José Lourenço e Amaral Neto, estão estudando uma forma de passar por cima da autoridade de Ulysses Guimarães e instalar segunda-feira as sessões ordinárias da Câmara. O regimento diz que, na ausência do presidente, assume a mesa da Câmara o mais velho, e ontem os dois líderes discutiram isso por telefone, concluindo Amaral Neto: "Você está muito garoto, Zé. Quem assume a presidência então sou eu".

José Lourenço tem 54 anos e Amaral Neto, 65. Mas o empenho dos dois líderes, assim como do PTB e parte do PMDB, em ver a Câmara funcionando com sessões todas as tardes, tem uma motivação que eles não admitem francamente: o jetom. O artigo 33 da Constituição afirma que os subsídios dos parlamentares se compõem de uma parte fixa e uma variável, isto é, o jetom pago por cada sessão. Diz também que esses valores deverão ser fixados entre uma legislatura e outra.

Defasados

Como ano passado o Congresso não votou os subsídios dos constituintes, eles se julgam com o salário defasado. A parte fixa do subsídio de um deputado é cerca de Cz\$ 15 mil, e a parte variável, isto é, o jetom, Cz\$ 262,90 por sessão extraordinária. "Ninguém agüenta esse salário de fome. Para defender os que não têm privilégios, um deputado precisa de privilégios, e não é com esse vencimento que nós vamos sobreviver", disse Amaral Neto a José Lourenço no telefone. Acontece que, além do fixo e do variável, os parlamentares ganham Cz\$ 22 mil para transporte e Cz\$ 6 mil de ajuda de custo.

Mas o líder pefelista ainda resiste à idéia de Amaral Neto assumir a presidência da mesa da Câmara segunda-feira. Ele acha que, como primeiro vice-presidente da Câmara, o deputado Homero Santos (PFL-MG) é a pessoa mais indicada para dirigir os trabalhos se, sob pressão, o Dr. Ulysses não o fizer. José Lourenço até já telefonou para Homero, que se encontra no Espírito Santo, pedindo-lhe que venha urgente para Brasília.

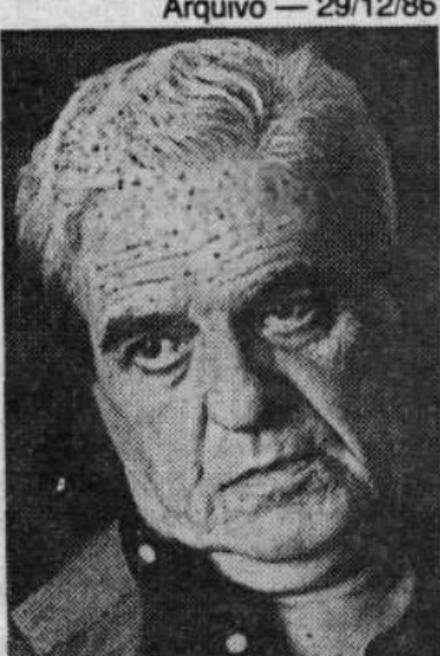
Consenso

Mais apressado, Amaral Neto, que desde quinta-feira vem tentando falar sobre o assunto com Ulysses Guimarães, já tem um plano elaborado. Ainda este fim de semana tentará convencer o presidente da Câmara a abrir essa sessão ordinária. Não tendo êxito, pretende chegar segunda-feira ao plenário e determinar ao guarda perfilado à frente que abra o recinto. Pedessistas e pefelistas (estes estão sendo chamados a Brasília pelo deputado Inocêncio Oliveira) deverão, nesse caso, ocupar o plenário. E aí, Homero Santos ou Amaral Neto assumem os trabalhos.

"Fora da Constituição não há salvação. E nós estamos violando a Constituição se não instalarmos a sessão ordinária da Câmara segunda-feira", dizia ontem, preocupado, José Lourenço. Há 200 metros do seu gabinete, o senador Juthay Magalhães (1º secretário do Senado) também tentava encontrar por telefone seus colegas, para convencê-los do contrário.

Com uma sessão ordinária convocada para segunda-feira pelo presidente da Casa, Humberto Lucena, o Senado entra em funcionamento antes da Assembléia Constituinte, e Juthay Magalhães acha isso um fato grave. "Tem que ser buscado antes um consenso partidário sobre o funcionamento ordinário das duas casas. E a discussão não deve ser entre os senadores, mas entre os constituintes", diz ele, também à procura de Ulysses Guimarães para discutir o assunto. O presidente da Câmara só chega a

Arquivo — 29/12/86



Amaral Neto

Arquivo — 6/3/83



José Lourenço

Brasília domingo à noite.

Líder pressiona com requerimento à Mesa

Brasília — Pressionado pelo PDS, o deputado Ulysses Guimarães terá que realizar uma sessão extraordinária da Câmara na noite de segunda-feira. Desde que os trabalhos legislativos foram abertos oficialmente no dia 1º de março, Ulysses não convocou nenhuma sessão, esperando que houvesse um acordo de lideranças sobre o funcionamento da Câmara ou que o regimento da Constituinte fosse aprovado disciplinando o assunto. Como isso não aconteceu até agora, o líder do PDS, deputado Amaral Neto, encaminhou à Mesa da Câmara um projeto de lei, um requerimento de informações e uma solicitação para que o livro de inscrição para oradores seja aberto.

Preocupado com a falta de sessões na Câmara e Senado, "os fóruns naturais para a atuação oposicionista", o deputado Amaral Neto tentou contato com Ulysses esta semana por telefone em São Paulo, mas não obteve sucesso. Para forçar o funcionamento da Câmara, Amaral enviou à secretaria geral da Mesa um projeto de lei "só para marcar posição", revogando o depósito compulsório, um requerimento de informações para saber os motivos da viagem do ministro Dilson Funaro ao exterior e um pedido para se inscrever como orador.

A Mesa não pode, pelo regimento interno, "impedir essa prerrogativa de deputado" como alega Amaral e segundo um assessor do deputado Ulysses Guimarães, "a alternativa mais viável é convocar uma sessão extraordinária para a noite de segunda-feira, porque à tarde já está convocada uma sessão da Constituinte."

PMDB acha que acordo deve ser entre todos

Brasília — A fixação do mandato do presidente José Sarney poderá ser a primeira tarefa prática da Constituinte após a aprovação do seu regimento interno, segundo o líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique. Para isso — disse ele — será necessário um acordo entre os partidos, que dariam prioridade ao assunto, tentando garantir maior estabilidade ao Governo para a negociação da dívida externa.

Embora acredite que a duração do mandato é um assunto urgente, Luís Henrique criticou a antecipação do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, de que pretende apresentar um "projeto de decisão" fixando o mandato em seis anos. "É um equívoco tratar a questão do mandato através de "projeto de decisão" (o polêmico ponto da soberania da Constituinte, ainda sem acordo). Isso é matéria para as disposições gerais", disse o líder do PMDB.

O presidente José Sarney disse que não apóia a iniciativa do secretário geral do PFL. De acordo com o porta-voz do Planalto, Frota Neto, o presidente não teve conhecimento antecipado da iniciativa e é contra a apresentação do projeto, "qualquer que seja seu objetivo". Segundo Frota Neto, Sarney é contrário a "qualquer medida que implique na criação de poderes paralelos na República, seja no Executivo, seja no Legislativo ou no Judiciário".

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, também não achou boa a idéia de Saulo Queiroz, embora seja "em princípio favorável aos seis anos." Explicou ele: "O desempenho do Governo é que vai decidir a duração do mandato, e este ano é fatal. Acho que a 31 de dezembro terá que ser feita uma avaliação para uma definição."

Poucos momentos antes de Luís Henrique admitir a fixação do mandato presidencial como tarefa imediata da Constituinte recebeu um telefonema do ministro-chefe do Gabinete Civil Marco Maciel, que lhe explicou as declarações do porta-voz da presidência da República, jornalista Frota Neto, sobre a posição do presidente quanto ao projeto de decisão.